



quilombolas:
agentes de ação
pelo clima

do racismo
ambiental
ao bem viver

Realização



Apoio





do racismo ambiental ao bem viver

Realização



Apoio







sumário

Expediente	5
Apresentação	6
Apresentação institucional (KOINONIA)	7
Projeto Quilombolas: Agentes de Ação pelo Clima	8
Objetivos do Projeto	9
Áreas de Abrangência (RJ e BA)	10
Perfil Regional: Rio de Janeiro e Baixo Sul da Bahia	11
Mata Atlântica: Bioma e Resistência	13
Contribuição Quilombola e a Preservação da Mata	14
Linha do Tempo (Desmatamento e Conservação)	16
Dados da Preservação e Guardiões das Matas	17
Mudanças Climáticas e a Agenda Global (COPs)	19
I Cúpula das Vozes Quilombolas pelo Clima	21
Racismo Ambiental e Desafios nos Territórios	22
Saneamento Básico e Impactos dos Lixões (Bongaba e Pratigi)	25
Justiça Climática.....	30
Consulta Livre, Prévia e Informada	31
Diplomacia Quilombola	33
Turismo de Base Comunitária: Casos Jatimané (BA) e Cabo Frio (RJ)	36
Territórios do Bem Viver e Saberes Ancestrais	40
Juventude Quilombola: Autonomia e Futuro	43
Guia Educativo: Propostas de Atividades	47
Referências	51



expediente

Ana Gualberto

Diretora Executiva de KOINONIA

Rosa Peralta

Coordenadora do projeto Quilombolas: agentes de ação pelo clima

Equipe do projeto

Nathalia Gouveia, Pedrina Belém do Rosário e Amanda de Souza

Agentes quilombolas de ação pelo clima:

Fernanda Santos Mendonça

Quilombo Jatimane, Nilo Peçanha, Bahia

Laiane Valeriano dos Santos

Quilombo Jatimane, Nilo Peçanha, Bahia

Marcelly do Nascimento

Quilombo Acaraí, Camamu, Bahia

Raiane Lima

Quilombo Ilha da Marambaia, Mangaratiba, Rio de Janeiro

Regina Soares

Quilombo Fazenda Espírito Santo, Cabo Frio, Rio de Janeiro

Renato Kinupa

Quilombo Bongaba, Magé, Rio de Janeiro

Rosilane Almeida

Quilombo Camorim, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Valéria Cristina da Silva Leite

Quilombo Alto da Serra do Mar, Rio Claro, Rio de Janeiro

Organização:

Pedrina Belém do Rosário e Rosa Peralta

Redação:

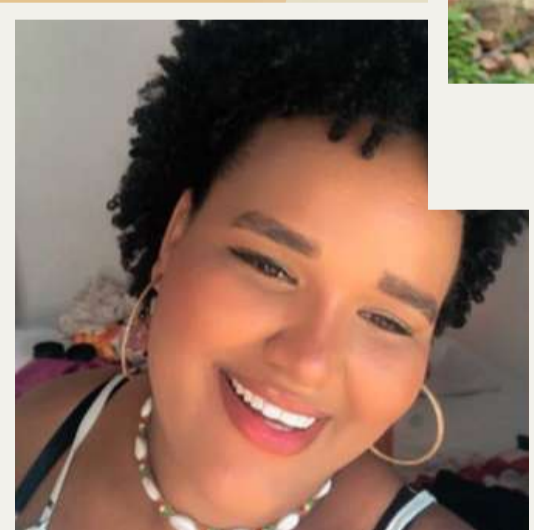
Coordenação e equipe do projeto e Agentes quilombolas de ação pelo clima

Edição:

Rosa Peralta

Revisão e projeto gráfico:

Anna Preta e Natasha Arsenio





apresentação

Esta cartilha foi escrita a várias mãos. Na verdade, reúne diversas vozes, muitas delas silenciadas quando se desenhou esse modelo de sociedade em que vivemos, baseado na exploração desenfreada da Natureza e na acumulação da riqueza nas mãos de poucos.



Nestes tempos de emergência climática, porém, está cada vez mais difícil não ouvir o que dizem os povos dos campos, das florestas e das águas, entre eles, as comunidades quilombolas. Embora estejam entre os grupos que menos contribuíram para a devastação ambiental, são os que sofrem e sofrerão mais com os impactos das mudanças climáticas. Está mais do que na hora de amplificar essas vozes, que carregam saberes ancestrais sobre cuidado e preservação e que buscam justiça e reparação histórica.

Nas próximas páginas, apresentamos conceitos que foram abordados e discutidos durante o projeto Quilombolas: agentes de ação pelo clima, assim como textos produzidos pelos próprios agentes, testemunhos e ensinamentos sobre como a pauta ambiental e climática é vista e sentida nos diferentes territórios envolvidos do Rio de Janeiro e da Bahia.

Além disso, ao final desta cartilha, trazemos um conjunto de ideias de atividades sobre meio ambiente e clima para que educadoras e educadores possam conduzir e aplicar nos mais variados espaços e para os mais diversos públicos – envolvendo desde crianças até jovens e pessoas anciãs.

Enquanto organização que há mais de 20 anos atua junto às comunidades quilombolas, esperamos que as formações, atividades e materiais construídos no decorrer do projeto inspirem debates, ações coletivas e contribuam para a defesa dos territórios.

Mãos à obra!

Rosa Peralta

Assessora de Relações Institucionais de KOINONIA

Coordenadora do projeto Quilombolas: agentes de ação pelo clima



apresentação institucional

KOINONIA

Organização da sociedade civil fundada em 1994 que se propõe a construir uma sociedade com equidade para todas as pessoas, com foco na justiça social, racial, de gênero, ambiental e climática.

Onde estamos

- Estado do Rio de Janeiro
- Região metropolitana de Salvador e Baixo Sul da Bahia
- São Paulo, SP

Grupos com os quais atua

- Organizações e redes da sociedade civil e movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesc-A) em âmbito local, regional, nacional e internacional.
- Comunidades e organizações de comunidades negras tradicionais, incluindo comunidades remanescentes de quilombo, negras rurais e de terreiros de candomblé.
- Organizações e grupos de mulheres que lutam por direitos de gênero, sexuais e reprodutivos.

Saiba mais sobre nossa atuação no site e em nossas redes sociais.



o projeto quilombolas: agentes de ação pelo clima

Contexto:

Cada vez mais, ouvimos falar de mudanças climáticas. E não poderia ser diferente. Rios secam na Amazônia, as chuvas deixam um rastro enorme de destruição - do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro -, o calor intenso afetando o cotidiano das pessoas, sem falar na produção de alimentos.

Em novembro de 2025, aconteceu em Belém do Pará a COP-30, ou melhor, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Pela primeira vez, o Brasil sediou a conferência, com representantes de governos do mundo inteiro para mais uma rodada de discussão sobre como enfrentar as mudanças climáticas. Infelizmente, mais uma vez, os países não conseguiram avançar nas negociações, mas não podemos cruzar os braços.

Mas o que isso tem a ver com as comunidades quilombolas? As comunidades quilombolas têm uma relação com seus territórios que é diferente de outros grupos com seus locais de moradia. É uma relação de conexão e respeito pelas matas e as águas.

Por isso, a maioria das comunidades estão em lugares em que a Natureza está bem conservada, com diferentes tipos de árvores e animais. Mas isso não é só na Amazônia.

No caso do nosso projeto, focamos no bioma Mata Atlântica, especialmente Baixo Sul da Bahia e no estado do Rio de Janeiro. É um dos biomas mais biodiversos do planeta, mas também um dos mais ameaçados.



Objetivo do projeto: E já que todo mundo estava falando sobre o clima e a COP-30 no Brasil, KOINONIA lançou o projeto Quilombolas: agentes de ação pelo clima, financiado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e foi implementado entre abril de 2025 e fevereiro de 2026. Seleccionamos cinco quilombolas do Rio de Janeiro e três do Baixo Sul da Bahia. Mas quais são as principais ideias do projeto?

Formação: É importante que as comunidades quilombolas recebam informações sobre como o clima está mudando, sobre quais impactos podem afetar os territórios e sobre como atuar para alcançar a justiça climática. Durante oficinas, encontros e intercâmbios, foram abordados os principais conceitos para que as e os agentes quilombolas possam multiplicar o conhecimento e assumir o protagonismo de suas lutas.

Comunicação: Grande parte da sociedade não conhece a realidade das comunidades quilombolas e seu papel na preservação de matas e águas da Mata Atlântica. Com foco no RJ e Baixo Sul da BA, produzimos materiais para aumentar essa visibilidade e afirmar que lutar pelos direitos quilombolas é proteger a Mata Atlântica, é defender a vida.

Articulação: Construir pontes com grupos estratégicos ligados à pauta por justiça social e climática é essencial. Quilombos protegem mais, mas também sofrem mais com os impactos. É preciso, portanto, aumentar a rede de apoio para amplificar as vozes quilombolas.

Incidência: Mesmo sem ter participado da COP30 em Belém, as e os agentes quilombolas puderam aproveitar esse momento de maior atenção da sociedade sobre a questão climática para ocupar espaços nos seus estados e municípios. Exemplo disso foi a realização da I Cúpula das Vozes Quilombolas pelo Clima, que reuniu quilombolas, organizações da sociedade civil, parlamentares e gestores públicos no dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro.

Com alianças e informação, é possível cobrar a criação ou efetivação de políticas públicas que melhorem a vida nas comunidades quilombolas para que elas continuem a proteger o meio ambiente e seus direitos, principalmente em relação à garantia de seus territórios.





áreas de abrangência do projeto:

Embora previsto na legislação brasileira, o direito das comunidades quilombolas à terra ainda está longe de se concretizar para a grande maioria dos territórios. Nesse contexto, a pauta ambiental e climática surge como uma oportunidade estratégica para ampliar a visibilidade e a valorização dos quilombos, fortalecer suas reivindicações e influenciar políticas públicas que contribuam para a efetivação da titulação dos territórios.

Muitas comunidades quilombolas estão localizadas em áreas sobrepostas ou próximas a Unidades de Conservação, como Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Parques Estaduais e Parques Nacionais. Essa realidade reforça o papel dos quilombos como guardiões da natureza, mas também evidencia a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre esses territórios, seus modos de uso, suas práticas de preservação e seus desafios, de modo a qualificar a incidência política em defesa de seus direitos.

Por isso, o projeto dará continuidade ao esforço de levantar, sistematizar e analisar dados sobre os territórios quilombolas, articulando informações socioambientais, fundiárias e climáticas que possam subsidiar ações de incidência mais consistentes e fundamentadas em prol dos direitos quilombolas.

A área de abrangência do projeto contempla o estado do Rio de Janeiro e a região do Baixo Sul da Bahia. Embora as ações diretas envolvam a formação de 8 agentes de 7 comunidades quilombolas – sendo cinco no Rio de Janeiro e três na Bahia –, a proposta é que esses agentes atuem como multiplicadores em seus territórios, compartilhando conhecimentos, mobilizando outras lideranças e fortalecendo redes locais e regionais. Dessa forma, busca-se ampliar o alcance das ações para além das comunidades diretamente envolvidas, contribuindo para impactos mais amplos nos territórios quilombolas dessas duas regiões.



quilombo de bongaba, magé(rj)
crédito : acervo koinonia

Perfil do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, são mais de **20 mil quilombolas** vivendo em **54 comunidades** em **24 municípios**, com maior concentração na **Região dos Lagos (3.137 em Cabo Frio)**, **Norte (3.083 em Campos dos Goytacazes)** e em plena capital (2.866).

Dessas 54 comunidades, apenas três tiveram seus territórios titulados.



Perfil do Baixo Sul da Bahia

O Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia tem mais de **50 comunidades quilombolas certificadas** pela Fundação Cultural Palmares, presentes em 10 dos 15 municípios da região, com maior concentração nos municípios de Camamu (10 comunidades) e Ituberá (6 comunidades).

Das 50 comunidades, apenas duas foram tituladas até hoje.



quilombo do acarai, camamu (ba)
crédito: marcelo do nascimento/acervo koinonia



Mata Atlântica

KOINONIA atua em territórios quilombolas desde 1999, com foco nas comunidades do Rio de Janeiro e do Baixo Sul da Bahia, regiões inseridas no bioma da Mata Atlântica. Embora essa seja sua principal área de atuação territorial, a organização possui alcance nacional por meio de iniciativas como o Observatório Quilombola, a Revista OQ e o Atlas Quilombola – pioneiro no mapeamento e na sistematização de informações sobre os quilombos no Brasil.

Com a realização da COP30 no Brasil, entendemos que este era um momento estratégico para ampliar a visibilidade da Mata Atlântica e do papel central que as comunidades quilombolas desempenham na conservação desse bioma, na proteção dos territórios e na promoção da justiça climática. Trata-se também de uma oportunidade de incidir no debate internacional, afirmando que não há soluções efetivas para a crise climática sem o reconhecimento dos direitos territoriais e dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Dados sobre a Mata Atlântica

- Bioma mais devastado do país – restam apenas 13% de cobertura de floresta
- Abriga mais de 70% da população do Brasil
- Concentra mais de 80% do PIB Nacional
- Maior biodiversidade de primatas e aves do mundo
- Abriga mais de 20 mil espécies vegetais, sendo 8 mil espécies de árvores endêmicas (exclusivas do bioma)
- Concentra a maioria das espécies ameaçadas de extinção no Brasil (117 das 200 espécies vegetais ameaçadas)
- Único bioma brasileiro protegido por uma lei especial, a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006)
- Sul da Bahia – 1 hectare pode apresentar 450+ espécies de árvore



proteger a mata atlântica é defender os povos que historicamente a habitam e preservam

Rosilane Almeida, agente quilombola pelo clima da comunidade de Camorim (RJ)

A Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo. Classificada como hotspot de biodiversidade, ela abriga cerca de 20 mil espécies vegetais e milhares de animais, muitos dos quais são endêmicos (não existem em nenhum outro lugar do planeta). Sua preservação é essencial para a regulação do clima, a proteção de solos e o abastecimento de água de grande parte da população brasileira, sendo as comunidades quilombolas aliadas vitais para sua conservação.



Contribuição das comunidades quilombolas para a preservação da Mata Atlântica

O Maciço da Pedra Branca fica no município do Rio de Janeiro, sendo morada de três quilombos: Camorim (Jacarepaguá), Cafundá Astrogilda (Vargem Grande) e Dona Bilina (Campo Grande). Entre o século XVIII até o início do XX, as famílias quilombolas trabalhavam em carvoarias artesanais para atender a alta demanda de uma cidade em transformação. Essa atividade causou um grande desmatamento da área, mas as práticas de manejo florestal ancestrais quilombolas permitiram que a região hoje abrigasse a maior floresta urbana do mundo.

Uma das nascentes que abastecem a Bacia do Rio Guandu fica localizada dentro da comunidade quilombola de Alto da Serra, no distrito de Lídice, município de Rio Claro (RJ). Essa comunidade tem trabalhado na proteção da vegetação e dos mananciais, contribuindo para conservar a água e a floresta ao redor. Para se ter uma ideia da importância dessa Bacia, vale destacar que seu sistema de abastecimento atende cerca de 9 milhões de habitantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a importância da Mata Atlântica vai muito além da beleza que molda os cartões postais do estado. Assim como em todo lugar de alta biodiversidade, a floresta é o pilar de sustentação da economia, da segurança e da saúde da população.

Citarei alguns pontos fundamentais que conectam a floresta à sobrevivência do estado.

Segurança hídrica – o estado possui uma dependência vital de seus remanescentes florestais para o abastecimento de água. As florestas da Serra do Mar e da Região Serrana atuam como “caixas d’água”. A captação protege as nascentes que alimentam bacias como a do Rio Guandu, responsável pelo abastecimento de milhões de pessoas na Região Metropolitana. Sobre a qualidade, as raízes e o solo da mata filtram a água naturalmente, reduzindo custos de tratamento.

Economia e turismo – A identidade do Rio está ligada à integração entre “mar e montanha”. Tendo parques com gestão municipal, estadual e federal, essas áreas atraem visitantes internacionais e movimentam o setor de serviços.

Regulação térmica – Em áreas densamente urbanizadas, a proximidade com maciços florestais (como o Parque Estadual da Pedra Branca) pode reduzir a temperatura local em até 6°C em comparação a áreas sem árvores.

Diante de tantos benefícios que a Mata Atlântica nos trás, é inadmissível que não haja mais efetividade na proteção da mata e dos povos que nela habitam e a preservam por séculos.

O quilombo do Camorim – Maciço da Pedra Branca (RJ)

Assim como outros quilombos inseridos nesse bioma, nossa comunidade atua há centenas de anos na convivência harmoniosa com sua fauna e flora, antes mesmo de se tornar Parque Estadual. Alguns destaques de espécies nativas são a onça-parda, o cachorro do mato, a preguiça, o tatu, o tamanduá-mirim e o sapo cururu. Em relação às árvores, temos o pau-brasil, os jequitibás, os ipês, as braúnas, os angicos, as bromélias, as orquídeas, o urucuzeiro, o embaúba etc.

Ao longo dos anos vivemos momentos dignos de filme de terror, com muitas áreas do quilombo sendo desmatadas para dar lugar a grandes empreendimentos imobiliários, ignorando fauna, flora e vestígios históricos da época do engenho.

Mesmo trabalhando para manter tudo preservado, éramos tratados como estranhos em nossas próprias terras. A certificação pela Fundação Cultural Palmares em 2014 foi um suspiro para continuar a luta pela preservação do meio ambiente e história local.

Apesar dos desafios, atuamos assiduamente na área de educação ambiental, recebendo creches, escolas, faculdades e visitas agendadas para minimizar os impactos negativos de onde hoje se tornou o sítio arqueológico.





linha do tempo



**70% da população brasileira vive na Mata Atlântica.
Crise hídrica agrava-se em diversas cidades.**



dados da preservação

Cada vez mais estudos comprovam o que há muito tempo as comunidades afirmam: os povos quilombolas são guardiões das matas e das águas. A melhor política climática seria a titulação dos territórios quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais.

Em relação à América Latina e o Caribe, a FAO lançou em 2021 o relatório Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal, baseado em mais de 300 estudos publicados nas últimas duas décadas na região.

Pela primeira vez, o relatório oferece dados que relevam que os povos e comunidades tradicionais são “melhores guardiões de suas florestas em comparação com outros responsáveis”, como Estado e agentes privados. E essa proteção é ainda mais relevante quando têm seus direitos coletivos à terra legalmente reconhecidos.

O relatório também revela que nos territórios coletivos regularizados pelos governos as taxas de desmatamento são significativamente mais baixas. E conclui: “Melhorar a segurança da posse desses territórios é uma maneira eficiente e econômica de reduzir as emissões de carbono”.

Em relação aos quilombos, os dados apresentados pelo MapBiomas (2023) são contundentes. Em seu estudo “Territórios quilombolas e a preservação da vegetação nativa”, o MapBiomas analisou a cobertura vegetal e o desmatamento em todos os biomas brasileiros e revelou a importância dos quilombos na conservação ambiental.

Entre 1985 e 2022, a redução da vegetação nativa nos territórios quilombolas com limites oficialmente reconhecidos foi de 4,7%, enquanto em áreas privadas atingiu 25%. A pesquisa reafirma a importância de assegurar a posse: “enquanto nos territórios já titulados a perda de vegetação nativa entre 1985 e 2022 foi de 3,2%, nas áreas em processo de titulação esse percentual foi de 5,5%”.

No caso da Mata Atlântica, os territórios quilombolas não apenas preservaram, mas também contribuíram para um ganho de cerca de 8 mil hectares de vegetação nativa entre 1985 e 2022.



quilombo bongaba, magé (rj)
crédito: ilé àsé ògún àlákòró/acervo koinania



Mudanças climáticas

As mudanças climáticas estão relacionadas ao aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, que provocam o aquecimento do planeta. Esses gases são liberados principalmente pela queima de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás, usados em indústrias, usinas, carros, aviões e grandes centros urbanos. Esse é o principal fator das mudanças climáticas em nível global.

No Brasil, porém, a principal origem dos gases de efeito estufa é diferente. Aqui, o maior responsável é a mudança no uso do solo, ligada ao desmatamento, às queimadas, à expansão da pecuária e da agricultura industrial em larga escala. A derrubada das florestas, a destruição de áreas naturais e o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes liberam grandes quantidades de carbono, além de comprometerem rios, nascentes, solos e a biodiversidade.

Esses processos avançam, em grande parte, sobre territórios quilombolas e de outros Povos e Comunidades Tradicionais que ainda não foram titulados, abrindo espaço para grilagem, monocultivos e destruição ambiental. Quando o território não é reconhecido oficialmente, as comunidades ficam mais vulneráveis à perda de suas terras e à degradação de florestas, rios e nascentes. Por outro lado, a titulação coletiva fortalece a proteção do território e garante a continuidade de práticas tradicionais que conservam a biodiversidade, mantêm o carbono estocado na vegetação e no solo e asseguram o uso sustentável da terra. Assim, titular territórios quilombolas e de outros PCTs é uma medida de justiça histórica, mas também uma estratégia concreta e eficaz de enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil.

Se a mudança no uso do solo é a principal fonte de gases de efeito estufa no Brasil, a estratégia mais eficaz é garantir a proteção dos povos e comunidades que historicamente preservam as florestas e as águas.

O que são as COPs e por que elas importam para os quilombolas?

As COPs são grandes reuniões internacionais onde os países do mundo se juntam para discutir como enfrentar as mudanças climáticas. Elas foram criadas porque cientistas alertaram que, se a temperatura média da Terra subir mais de 1,5°C, teremos problemas sérios. Parece pouco, mas esse aumento causa secas, enchentes, doenças, perda de lavouras e até falta de água. Tudo isso afeta a vida das pessoas, principalmente quem depende da terra para viver.

O objetivo das COPs é fazer acordos para reduzir a emissão de gases que causam o aquecimento global. Mas, até agora, depois de 30 anos de COPs, esses encontros não têm avançado como deveriam. Muitos países prometem, mas não cumprem, porque interesses econômicos acabam falando mais alto. Enquanto isso, o clima continua mudando rápido.

Para as comunidades quilombolas, a agenda climática é muito importante, pois, quando o clima muda, são elas que mais sofrerão com os impactos nas lavouras, nos rios e na saúde das pessoas. E essa situação é injusta, já que são essas comunidades que cuidam das florestas, das águas e do solo de forma sustentável. Por isso, é essencial que os quilombolas estejam informados e organizados para tentar ter voz nesses processos e exigir o seu reconhecimento como aliados na luta contra as mudanças climáticas. Proteger os territórios quilombolas é proteger a natureza e garantir um futuro melhor para todos.

Nos últimos anos, houve avanços no reconhecimento internacional do papel das comunidades quilombolas, mas ainda limitados. Por isso, é preciso continuar agindo para que os povos quilombolas ganhem visibilidade e possam falar de soluções para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Reconhecimento dos Quilombos na Agenda Climática

- NDC Quilombola (ou Contribuições Nacionalmente Determinadas das Comunidades Quilombolas)
- Reconhece que proteger e titular territórios quilombolas contribui para reduzir desmatamento e emissões.
- CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica)
- Inclusão de afrodescendentes nas políticas de conservação, valorizando saberes tradicionais para manter ecossistemas saudáveis.
- UNFCCC (Convenção do Clima da ONU)
- Reconhecimento internacional de que povos e comunidades tradicionais, incluindo quilombolas, são aliados estratégicos no enfrentamento das mudanças climáticas.

I Cúpula das vozes quilombolas pelo clima

No dia 15 de novembro de 2025, mais de 80 pessoas se reuniram na Fundação Progresso, Rio de Janeiro, para participar da I Cúpula das Vozes Quilombolas pelo Clima, uma parceria entre ACQUILERJ e KOINONIA.

O evento foi estrategicamente marcado nessa data para coincidir com a Cúpula dos Povos em Belém, que convocou ações de incidência em todo o Brasil – nas ruas, universidades e espaços culturais – durante a COP 30, com o objetivo de ampliar a visibilidade das vozes quilombolas em um momento decisivo para os debates sobre o futuro do planeta.

A Cúpula reuniu lideranças quilombolas, organizações da sociedade civil e agentes públicos, visando fortalecer a articulação quilombola, afirmar sua contribuição histórica e presente para a proteção das florestas, das águas e da biodiversidade.

No encerramento da Cúpula, a presidenta da ACQUILERJ Bia Nunes lançou o Fórum Itinerante "Cuidar da Terra é Cuidar da Gente: A Luta Quilombola pela Mata Atlântica", que será o instrumento para promover a discussão climática dentro das regiões do estado.

Além disso, Bia leu uma Carta Pública com diversas demandas que foi aprovada por todas as pessoas presentes e será enviada a diversos órgãos do poder público.

A realização da I Cúpula das Vozes Quilombolas pelo Clima teve apoio do iCS, da PPM, do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – Núcleo Mata Atlântica Rio de Janeiro, Redes Colaborativas da Fiocruz e contou com uma cobertura do projeto Brasil 3.0, da ONG Cinema Nosso.





racismo ambiental e desafios nos territórios

O racismo ambiental no Brasil revela-se de modo especialmente grave quando observado a partir da perspectiva das comunidades tradicionais quilombolas. Esse fenômeno consiste na injustiça socioambiental estruturada — ou seja, práticas, políticas ou omissões que resultam em degradação, poluição, exclusão, e que recaem desproporcionalmente sobre populações negras e historicamente marginalizadas.

No caso das comunidades quilombolas, esse racismo ambiental se materializa, por exemplo, na contaminação de rios, manguezais e solos em áreas onde essas comunidades vivem.

“Racismo ambiental é quando justamente as comunidades que mais cuidam da natureza é as que mais sofrem com abandono, descaso e falta de investimentos. É resultado de uma estrutura que privilegia alguns e deixa outros em situação de vulnerabilidade. No nosso território quilombola, o racismo ambiental aparece quando a comunidade luta por saneamento básico, por água limpa, por proteção dos rios, mas não recebe retorno do poder público. O racismo ambiental aparece quando enchentes, mudanças no clima e contaminações atingem primeiro quem tem menos suporte. E, ainda assim, é o povo quilombola quem precisa resistir, cuidar da terra e proteger um território que deveria ser defendido pelo Estado”

Fernanda Santos, 22 anos, agente quilombola pelo clima da comunidade de Jatimane (BA)

Além disso, a falta de reconhecimento e titulação de terras, o acesso precário ou inexistente a serviços básicos de saneamento, bem como a exclusão dos processos decisórios sobre seus territórios agravam a vulnerabilidade dessas comunidades diante de desastres ambientais e mudanças climáticas — fato que historicamente priva quilombolas de direitos fundamentais e perpetua desigualdades ambientais.

Segundo dados do último censo do IBGE (2022), a maioria das comunidades quilombolas enfrenta desafios estruturais relacionados à falta de saneamento básico adequado (Ver Quadro). A ausência de rede de esgoto, drenagem eficiente e coleta regular de resíduos sólidos compromete diretamente a saúde da população, a qualidade da água, o bem viver comunitário e a preservação dos ecossistemas locais — elementos essenciais para territórios que historicamente cuidam da terra e da natureza.

QUADRO SANEAMENTO BÁSICO

Dados contundentes (Censo 2022)

- População Quilombola em Áreas Rurais: 94,6% dos quilombolas que vivem em áreas rurais convivem com algum tipo de precariedade no saneamento básico.
- Territórios Quilombolas Delimitados: Cerca de 90% dos quilombolas em territórios oficialmente delimitados enfrentam condições precárias de saneamento.
- Falta de Acesso Geral: Oito em cada dez (cerca de 78,93%) quilombolas no Brasil vivem com saneamento básico precário ou sem acesso, totalizando mais de 1 milhão de pessoas.

Esses problemas não são apenas deficiências de infraestrutura ou falta de recursos, mas refletem processos mais amplos de racismo ambiental, onde comunidades negras e rurais são sistematicamente excluídas das políticas públicas de urbanização e infraestrutura.

“O saneamento é uma luta constante da nossa associação. Nosso sonho é tirar o esgoto dos rios do nosso território, que nos foi dado com muito amor. E precisamos nos juntar para que isso aconteça. Estamos fazendo um plano de trabalho para que isso seja consolidado, mas exige muita resistência para que um dia a gente possa tomar banho em todas as partes do rio do nosso amado quilombo Jatimane”

Jéssica Oliveira do Rosário, 35 anos, presidente da Associação Comunitária do Jatimane (ACQJ)

O projeto Quilombolas: agentes de ação pelo clima evidenciou um exemplo emblemático dessa injustiça socioambiental. Durante as atividades do projeto, agentes da Bahia e do Rio de Janeiro expuseram a problemática envolvendo a implantação de lixões em suas comunidades: no quilombo de Bongaba, Magé, no Rio de Janeiro, e no quilombo Jatimane, em Nilo Peçanha, na Bahia, mostrando que é uma prática que se repete em diferentes regiões do país.

A disposição inadequada de resíduos expõe as famílias a fumaça tóxica, contaminação do solo e da água, proliferação de vetores e riscos à saúde, atingindo especialmente crianças, idosos e mulheres gestantes.

Essa conjuntura demonstra a urgência de ações comunitárias, educativas e políticas, que articulem justiça climática, bem viver e diplomacia quilombola.

É importante ainda destacar que a solução para o problema dos lixões não depende apenas da conscientização da população. Mesmo que os moradores separem corretamente o lixo em casa, essa ação se perde quando o município não oferece um sistema adequado de coleta e tratamento dos resíduos. Por isso, as soluções precisam ser estruturais e coletivas.

Ao incluir esses relatos e análises na cartilha, buscamos fortalecer a voz das comunidades e subsidiar educadores, lideranças, escolas e associações a atuarem de forma crítica e transformadora diante das injustiças ambientais vividas no território.

A disposição inadequada de resíduos expõe as famílias a fumaça tóxica, contaminação do solo e da água, proliferação de vetores e riscos à saúde, atingindo especialmente crianças, idosos e mulheres gestantes.

Essa conjuntura demonstra a urgência de ações comunitárias, educativas e políticas, que articulem justiça climática, bem viver e diplomacia quilombola.

É importante ainda destacar que a solução para o problema dos lixões não depende apenas da conscientização da população. Mesmo que os moradores separem corretamente o lixo em casa, essa ação se perde quando o município não oferece um sistema adequado de coleta e tratamento dos resíduos. Por isso, as soluções precisam ser estruturais e coletivas.

Ao incluir esses relatos e análises na cartilha, buscamos fortalecer a voz das comunidades e subsidiar educadores, lideranças, escolas e associações a atuarem de forma crítica e transformadora diante das injustiças ambientais vividas no território.





o lixão de bongaba: uma ferida aberta no coração quilombola de magé

crédito: rioonwatch / bárbara dias

Renato Kinupa, Bacharel de Direito, agente quilombola pelo clima da comunidade de Bongaba (RJ) e Diretor Financeiro da ACQUILERJ

O Quilombo de Bongaba, localizado em Magé, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, é um território de resistência, cultura e ancestralidade, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2018. Contudo, a comunidade convive desde a década de 1970 com uma realidade alarmante: a presença de um lixão a céu aberto que perpetua a vulnerabilidade social e impõe graves riscos ambientais e de saúde pública aos seus moradores.

Vulnerabilidade e sobrevivência na coleta

Embora dados específicos de IDH para a localidade sejam escassos, o município de Magé apresenta indicadores que demonstram alto grau de vulnerabilização social. Dentro desse contexto, parte da população de Bongaba encontra na coleta de materiais recicláveis no lixão uma fonte de sustento, uma prática perigosa que expõe esses trabalhadores a condições insalubres e riscos, como evidenciado pelo trágico desaparecimento de Rafael Silva de Souza em julho de 2025. Catador de 25 anos, Rafael foi morto a tiros no lixão após discutir com um vigia, que exigia pagamento ilegal para permitir o trabalho dos catadores, um caso que desnudou ainda mais o problema.



Impacto ambiental e as polêmicas do descaso

O lixão de Bongaba é um problema crônico, com irregularidades ambientais documentadas desde a década de 1970. O local apresenta um vazamento contínuo de chorume, um líquido tóxico que contamina o solo e o lençol freático, e a queima de lixo emite gases poluentes, como o metano, contribuindo para o aquecimento global. O rio Inhomirim, a cerca de 100 metros do lixão, também sofre impactos diretos, afetando a comunidade pesqueira.

A gestão do lixo na cidade é alvo de polêmicas e denúncias de descaso do poder público. Houve tentativas de transformar o lixão em uma Central de Tratamento de Resíduos (CTR) em 2012 e, mais recentemente, em 2021, a Câmara de Magé chegou a autorizar a reabertura do lixão, mesmo após ele ter sido condenado pela Justiça. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e o INEA (Instituto Estadual do Ambiente) já recomendaram em 2023 o encerramento imediato das atividades do lixão, devido aos graves danos ambientais, mas até o momento não há sinais de quando o problema será resolvido.

A voz dos moradores: entre o lixo e o sagrado

Para os moradores, o lixão é uma fonte constante de mau cheiro, fumaça de queimadas e proliferação de doenças transmitidas por vetores, como dengue e leptospirose. O descaso é ainda mais revoltante pelo fato de o lixão estar nas proximidades do sítio arqueológico Ruína da Igreja e do cemitério da localidade, gerando riscos de contaminação e desrespeito aos espaços sagrados e à memória dos que ali estão sepultados.

"É um absurdo esse lixão ainda existir dessa forma", desabafou um morador, refletindo o sentimento de uma comunidade que luta por dignidade e respeito ao seu território e saúde. A comunidade, que busca preservar sua cultura e projetos de agrofloresta e sustentabilidade, vê seus esforços ofuscados pelo problema do lixo, que se arrasta por anos.

A luta pelo fechamento do lixão e pela implementação de um gerenciamento de resíduos adequado é uma pauta urgente que continua a mobilizar a população local. O caso de Bongaba não é apenas um problema ambiental; é uma questão de justiça social e reconhecimento dos direitos de uma comunidade tradicional que resiste e clama por soluções efetivas e pelo fim do descaso das autoridades.

o impacto do lixão na estrada do pratigi

Laiane Valeriano dos Santos, agente quilombola pelo clima da comunidade Jatimane (BA)

Localizado às margens da Rodovia do Pratigi, o lixão afeta há pelo menos sete anos a comunidade de Jatimane, que fica no município de Nilo Peçanha, na região do Baixo Sul da Bahia.

O lençol freático, que é responsável pelo abastecimento de água potável na região, foi contaminado por produtos químicos presentes nos resíduos, o que tem gerado um aumento de doenças relacionadas à ingestão de água poluída.

Os estudantes do ensino fundamental e ensino médio da comunidade que fazem o trajeto por essa estrada são expostos durante todo o ano letivo aos poluentes produzidos pelo lixão.



Uma reflexão sobre os danos ambientais e humanos causados pela poluição:

Antônio Soares, 58 anos, nascido e criado na região. “Antes, a área onde hoje se encontra o lixão era apenas vegetação, um espaço tranquilo e livre de grandes poluições. Sempre morei aqui em frente com minha família, na fazenda Campo Grande, e respirávamos apenas o ar das folhas e flores. A estrada era apenas um caminho que se ia a pé. Porém, com o passar dos anos, a estrada foi crescendo e o lixão foi se formando em frente da nossa casa. Com isso, começou a surgir uma série de doenças, principalmente respiratórias e gastrointestinais. Minha sobrinha, infelizmente, foi diagnosticada com a doença de Crohn, uma condição que os médicos acreditam ter origem ambiental, causada pela contaminação do lençol freático devido à proximidade do lixo. A água que consumimos é a da chuva e para gastos utilizamos a dos rios e poço que estão contaminadas. Isso tem piorado as condições de saúde da minha família. Políticos diversos em diferentes gestões vieram nos trazer promessas de que nos ajudariam, mas que até hoje não saíram do papel. Precisamos de ajuda.”

Principais impactos dos lixões na saúde das pessoas e no meio ambiente:

- Contaminação do solo, das águas e do ar, causando doenças
- Emissões de gases tóxicos
- Supressão de áreas de floresta e grande biodiversidade
- Poluição visual, afetando a saúde emocional e mental das pessoas

Soluções possíveis e demandas comunitárias:

1. Encerramento dos lixões e a criação de aterros sanitários adequados. O lixão a céu aberto causa sérios danos ao solo, à água e à saúde da população. A primeira e mais urgente ação é o encerramento desse tipo de espaço e a substituição por um aterro sanitário, que possui controle ambiental, impermeabilização do solo e tratamento do chorume, evitando a contaminação do lençol freático.

2. Implantação de um sistema de coleta seletiva. Para tanto, o poder público deve disponibilizar caminhões específicos e locais adequados para a separação do lixo (orgânico, recicláveis e rejeitos). A instalação de um centro de triagem e reciclagem permitiria a separação correta do lixo reciclável, orgânico e rejeitos. Além de reduzir a quantidade de resíduos descartados no ambiente, essa ação pode gerar emprego digno e renda, especialmente para catadores e moradores da própria região.

“Os resíduos orgânicos (restos de alimentos, podas de plantas) podem ser usados para produzir composto orgânico, enriquecendo o solo para nossas hortas e roças.”

Ariane Rosário Santos, 28 anos, técnica de saúde e secretária da Associação Comunitária do Jatimane.

3. Monitoramento da água e da saúde da população, por meio de análises regulares da qualidade da água consumida pelos moradores. Também é necessário o acompanhamento da saúde da população, com atenção especial a crianças, idosos e pessoas que vivem próximas ao lixão.

4. Educação ambiental aliada a políticas públicas. A educação ambiental é fundamental, mas ela só funciona quando vem acompanhada de ações concretas do Estado. Campanhas educativas devem caminhar junto com investimentos em saneamento básico, gestão de resíduos e fiscalização ambiental.

“Habitantes da comunidade e turistas precisam ter respeito, não jogar lixo no chão, no rio ou trilhas”.

Luan Santos do Rosário, 15 anos, quilombo Jatimane

Também podemos considerar uma forma de racismo ambiental quando pessoas questionam o direito das comunidades quilombolas de habitarem espaços de grande beleza natural e valor comercial.

É o que acontece quando visitantes chegam à comunidade Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, município que fica localizado em um dos principais destinos turísticos do Rio de Janeiro: “Muitas pessoas chegam aqui e perguntam: este lugar tão lindo pertence mesmo a vocês?”, relata Amanda de Souza, liderança quilombola e mobilizadora comunitária de KOINONIA.

Há ainda quem insinue que as comunidades não saberão cuidar da Natureza, como conta Iane Lima, agente quilombola pelo clima da comunidade da Ilha da Marambaia: “Já teve gente, inclusive ambientalistas, cientistas e da grande imprensa, que falaram que nossa permanência na ilha é um risco para a fauna e a flora local. Essas pessoas esquecem que nós estamos aqui há mais de cem anos e, se as matas e animais estão preservados, é justamente porque soubemos cuidar e viver em harmonia com eles”.





justiça climática

Quando vista a partir dos territórios quilombolas, a justiça climática vai além de reduzir impactos ambientais. Ela está ligada à reparação histórica, ao reconhecimento de direitos e à garantia de dignidade para comunidades que, há gerações, preservam a natureza e modos de vida sustentáveis. A crise climática afeta de forma desigual populações negras, rurais e tradicionais, que pouco contribuíram para as emissões de carbono, mas sofrem de maneira mais intensa seus efeitos.

Para os quilombos, justiça climática significa assegurar o direito aos territórios demarcados, protegidos da degradação, e a políticas públicas que garantam acesso à água, à terra e à segurança ambiental, sem comprometer seus modos de vida ancestrais.

“A justiça climática é o reconhecimento de que as mudanças climáticas não afetam todos da mesma forma. Os impactos são muito maiores nas comunidades que dependem da natureza para viver e que não têm recursos nem infraestrutura para se proteger. Aqui, sentimos rios secando, enchentes, calor excessivo, falta de saneamento e estruturas comunitárias frágeis. A justiça climática é necessária porque continuamos carregando um problema que não criamos”

Fernanda Santos Mendonça, 22 anos, agente quilombola pelo clima da comunidade de Jatimane

As comunidades reconhecem que, embora sejam protagonistas na preservação ambiental, seguem desprotegidas diante dos impactos do clima e da ausência de políticas públicas efetivas.

“Acreditamos que o governo deveria ser o principal responsável por proteger as comunidades tradicionais frente às mudanças climáticas. Somos os que mais preservam a natureza, mas também os que mais sofrem. Precisamos de políticas que fortaleçam nosso território”.

Jéssica Oliveira do Rosário, 35 anos, presidenta da Associação Comunitária do Jatimane

A falta de preparo estrutural aumenta a vulnerabilidade das comunidades frente a eventos extremos.

“A gente se organiza como pode, mas as estruturas locais sempre precisam de reparos. Falta saneamento, infraestrutura e apoio. Toda vez que acontece um fenômeno climático, ficam muitos problemas na comunidade”

Joseildo Silva do Rosário, 48 anos, coordenador de juventude da Associação Comunitária do Jatimane e professor da escola local

consulta livre, prévia e informada – uma ferramenta de defesa dos direitos quilombolas

A legislação brasileira determina que as comunidades quilombolas têm direito a serem consultadas quando houver qualquer lei, ação administrativa, projeto ou empreendimento que possa afetar o território. Essa consulta tem que ser livre (sem qualquer tipo de pressão), prévia (informações sobre os projetos e impactos precisam chegar na comunidade com antecedência) e informada (todos os detalhes sobre os projetos e impactos precisam estar em linguagem adequada, para que as comunidades entendam tudo o que envolve a iniciativa que vai afetar o território e possam se posicionar ou tomar decisões).

Por isso, se a comunidade souber de algum projeto ou lei que vai influenciar na vida das famílias quilombolas, reivindique a realização da consulta.

Para saber mais:

- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho
- Decreto 4.887/2003
- Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais



quilombo alto da serra, rio claro (rj)
crédito: marcelly do nascimento/acervo koinonia



diplomacia quilombola

Pedrina Belém do Rosário, liderança da comunidade de Jatimane e mobilizadora comunitária de KOINONIA

Diplomacia quilombola é a articulação política das comunidades não só para a defesa do território, mas para a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversa e justa para todas as pessoas. Ao articular vivência, militância e pesquisa, esta proposta visa contribuir para uma abordagem contra colonial em alinhamento com o pensamento de Nêgo Bispo (2023), que reconheça os quilombos como sujeitos políticos globais, e não apenas como objetos de políticas públicas ou estudos antropológicos.



O quilombo Jatimane, onde desenvolvi minha pesquisa de graduação e mantenho vínculos orgânicos, representou um ponto de partida e um eixo central para questionar o lugar no quilombo nas relações internacionais e como atores essenciais nas suas narrativas próprias de construção de mundo. A partir desse território, busquei compreender como as experiências locais podem ser interpretadas como práticas de diplomacia quilombola.

Inspirada pelo quilombismo e pela amefricanidade, a diplomacia quilombola representa a busca por estabelecer relações internacionais diaspóricas baseadas na justiça, na igualdade e no respeito às diferentes culturas. As cosmologias quilombolas que a fundamentam são enraizadas na ancestralidade, na oralidade, na memória, na ligação com a terra e na sabedoria coletiva (BISPO, 2023), próprias das populações negras rurais. Ela se manifesta na maneira como essas comunidades compreendem e interagem com o ambiente, suas práticas agrícolas, sistemas de saúde tradicionais e formas únicas de governança (Idem.).

A diplomacia quilombola é constituída pela multiescalaridade. Há um cruzamento constante entre as diversas escalas de atuação - internacional, nacional, regional e local -, sendo as ações, na maior parte das vezes, mutuamente constitutivas e, portanto, questionadoras da divisão artificial construída entre as esferas global e local.

A Diplomacia Quilombola atua também como ponte entre mundos: articula saberes tradicionais, conhecimentos acadêmicos, políticas públicas e espaços multilaterais onde se decidem rumos ambientais e climáticos. Ela rompe com a ideia de que apenas Estados e grandes organizações fazem diplomacia, mostrando que comunidades historicamente marginalizadas também produzem política externa quando defendem suas florestas, rios, modos de vida, valores espirituais e sistemas produtivos sustentáveis. Assim, quando Jatimane dialoga com universidades, governos, organizações nacionais e internacionais ou com outros territórios quilombolas, pratica uma diplomacia que nasce da terra, da memória e da luta por justiça.

“A Diplomacia Quilombola é o que fazemos quando sentamos em rodas de conversa no terreiro, quando dialogamos com universidades, quando atravessamos espaços institucionais exigindo reparação e quando fortalecemos alianças para a proteção da Mata Atlântica, dos modos de vida e dos bens comuns. É um jeito de fazer política que parte do corpo-território, que não separa luta de cuidado, nem técnica de afeto. É, sobretudo, a afirmação de que nós, quilombolas, somos protagonistas das agendas ambientais, climáticas e de justiça social – do local ao global”.

É, assim, marcada por diversos níveis de articulações da mobilização quilombola, fruto de alguns movimentos feitos por meio de organizações institucionalizadas e outros de geração orgânica que surgem a partir dos territórios.

É o que afirma Denildo Rodrigues, da Secretaria Executiva da CONAQ (2023): “Hoje nós estamos em 24 estados da Federação Brasileira e no Distrito Federal. Em todos os estados temos coordenações estaduais. Não há nenhuma política pública no país, seja de saúde, educação ou garantia do território, que não tenha sido a CONAQ que ajudou a construir, a formular, a cobrar.”.

A Diplomacia Quilombola nasce da certeza de que nossos territórios são centros de produção de conhecimento, política e futuro. Para mim, enquanto mulher quilombola de Jatimane, a diplomacia não é um gesto distante: é o movimento cotidiano de negociar vida digna, assegurar direitos, afirmar identidades e abrir caminhos onde historicamente tentaram nos fechar. É a arte de transformar memória em instrumento político, espiritualidade em orientação de mundo e ancestralidade em estratégia de ação”



soluções locais – conciliando identidade cultural e sustentabilidade socioambiental

Já sabemos que as comunidades quilombolas desempenham, historicamente, um papel central na preservação ambiental. Ao longo das gerações, os quilombos construíram uma relação profunda com a natureza, compreendendo o território não apenas como espaço físico, mas como lugar de memória, pertencimento e continuidade da vida. No entanto, para que as comunidades continuem a está diretamente condicionada à garantia de condições dignas de permanência nos territórios.

Um dos desafios estruturais mais persistentes é a não regularização fundiária dos territórios quilombolas. A ausência de titulação gera insegurança jurídica, dificulta o acesso a políticas públicas específicas e fragiliza a proteção dos territórios frente a interesses externos. Além disso, limita investimentos estruturantes e compromete iniciativas comunitárias de longo prazo, fundamentais para o fortalecimento da autonomia e do bem viver quilombola.

Nesse contexto, a garantia do direito à terra precisa ser acompanhada de serviços básicos e, de forma decisiva, de oportunidades de geração de trabalho e renda, especialmente para mulheres e juventudes. Tem crescido, nesse sentido, o número de iniciativas voltadas à dinamização das economias locais, por meio da produção de alimentos saudáveis, do artesanato de base cultural, da realização de festas e eventos comunitários e do turismo de base comunitária. Essas experiências expressam a busca das comunidades por alternativas econômicas que conciliem aumento de renda com a preservação das florestas em pé, de trilhas, nascentes e rios limpos.

As comunidades quilombolas potencializam sua história e cultura a partir de saberes tradicionais transmitidos entre gerações, expressos na oralidade, nas celebrações, nas práticas produtivas e no cuidado coletivo com o território. Essas práticas não apenas garantem a subsistência das famílias, como fortalecem a autonomia comunitária e reafirmam a centralidade do conhecimento tradicional para a sustentabilidade dos territórios.

O turismo de base comunitária emerge, nesse cenário, como uma estratégia concreta de enfrentamento ao racismo ambiental. Ao, o turismo comunitário fortalece a autonomia econômica e política das comunidades. A organização de roteiros, a recepção de visitantes e a comercialização de produtos locais transformam os territórios historicamente marcados pela ausência de serviços básicos e pela precariedade de infraestrutura e criam argumentos sociais e políticos para reivindicar direitos.

As experiências de turismo comunitário quilombola – como as que serão apresentadas a seguir, na Bahia e no Rio de Janeiro – evidenciam como a articulação entre identidade, economia local e preservação ambiental constitui um caminho concreto para a justiça ambiental e climática.

turismo comunitário no quilombo jatimane (ba)

Pedrina Belém do Rosário, liderança da comunidade de Jatimane e mobilizadora comunitária de KOINONIA

O quilombo de Jatimane, situado no município de Nilo Peçanha, na região do Baixo Sul da Bahia, é um território tradicional quilombola reconhecido oficialmente pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004. Formado por 138 famílias, reunindo cerca de 500 pessoas, o quilombo mantém vivas práticas ancestrais de organização social, cultural, econômica e espiritual.

As principais atividades econômicas do quilombo estão relacionadas à pesca artesanal, ao extrativismo da piaçava, ao turismo de base comunitária e a diversas outras formas de ser e fazer quilombola, que articulam trabalho, identidade e bem viver.

No caso do turismo, trata-se de uma atividade que emerge como uma estratégia concreta de etnodesenvolvimento, defesa do território e enfrentamento ao racismo ambiental. Construída a partir do protagonismo comunitário, essa iniciativa articula geração de renda, valorização dos saberes tradicionais e educação socioambiental, fortalecendo o vínculo entre identidade, território, cultura, natureza, memória e bem viver.

O turismo em Jatimane não se estrutura como exploração do território, mas como vivência compartilhada, em que visitantes são convidados a compreender o quilombo a partir de suas histórias, práticas ancestrais, relação com a natureza e modos próprios de organização social. Os impactos são visíveis no fortalecimento da autoestima coletiva, na ampliação de oportunidades para mulheres, jovens e famílias, e na reafirmação do território como espaço vivo de conhecimento e resistência, tornando-se uma experiência de referência.

No quilombo de Jatimane, os roteiros estruturados pela própria comunidade conectam cultura, natureza e renda:

- O circuito “Tradição do Quilombo” envolve história e saberes do extrativismo, com a transformação da piaçava em biojoias e cestaria. Esse roteiro permite conhecer o manejo sustentável dessa palmeira, fundamental para a economia local, evidenciando práticas tradicionais de trabalho, organização coletiva e respeito aos ciclos da natureza, transmitidas entre gerações.

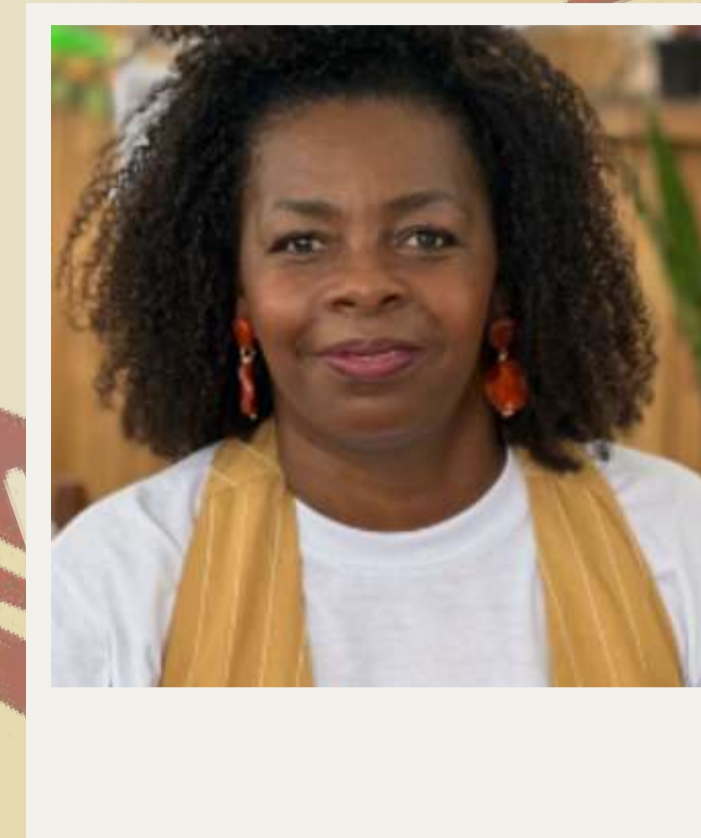
- O circuito “Ecológico” inclui trilha com banho de cachoeira e visita ao Jardim Sensorial, espaço pedagógico e simbólico onde ervas medicinais, plantas alimentícias tradicionais e espécies nativas são apresentadas a partir dos sentidos, da oralidade e das memórias das guardiãs e guardiões do saber. Nesse percurso, o cuidado com a saúde, a espiritualidade e o uso tradicional das plantas se conectam à educação ambiental e à valorização da ancestralidade africana e quilombola.
- O circuito “Águas do Quilombo” valoriza a pesca e passeios de canoa pelos manguezais – com rede solidária de pousadas/restaurantes e impacto positivo na renda e na valorização das histórias familiares.





turismo comunitário no quilombo fazenda espírito santo (rj)

Regina Soares, agente quilombola pelo clima e presidenta da associação da comunidade de Fazenda Espírito Santo



A comunidade quilombola Fazenda Espírito Santo está localizada na área rural do município de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, e foi oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2017. Atualmente, é formada por 32 famílias.

Cabo Frio é amplamente conhecido como destino turístico por suas praias. No entanto, assim como em outras regiões do país, o turismo rural e histórico vem ganhando espaço ao longo dos anos. No Rio de Janeiro, em especial, o turismo comunitário em territórios quilombolas tem se fortalecido recentemente, com experiências em comunidades como Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), Boa Esperança (Areal), entre outras.

No início, a proposta no quilombo Fazenda Espírito Santo era apenas receber visitantes e oferecer lanches e almoços de forma gratuita para dar mais visibilidade à comunidade, que até pouco tempo atrás era pouco conhecida na região. Com o tempo, as lideranças perceberam no turismo comunitário uma oportunidade concreta de geração de renda, especialmente para as mulheres.

“ Para mim, é uma oportunidade de mostrar uma parte da nossa história, conhecimento e saberes, onde eu tenho orgulho de apresentar meu artesanato que minha vò mim ensinou com tanto carinho. Eu coloco em cada peça minha paixão pela arte. Hoje o turismo comunitário não está voltado apenas pra mostrar uma cidade com lindas praias, mais sim pra mostra uma cidade que por trás dela existe uma comunidade com uma linda história. Cada turista que compra uma peça não leva apenas um produto de artesanato, ele leva consigo uma história de luta, resistência e amor.”

Daiana Zeca Severino

A iniciativa tem alcançado resultados tão positivos que a comunidade passou a estabelecer parcerias com a Secretaria Municipal de Turismo de Cabo Frio, o Sebrae e outros atores da sociedade civil e da iniciativa privada.

Para Regina Soares, agente quilombola pelo clima e presidenta da associação da comunidade, a experiência se tornou também uma ferramenta de luta, ao disputar narrativas sobre quem tem o direito de existir e permanecer em uma região tão cobiçada pela especulação imobiliária.

“O turismo comunitário gera renda sem destruir, fortalece a autoestima da comunidade, e a nossa identidade e cria alianças para proteger o lugar onde vivemos. Essa atividade vai muito além de receber visitantes: é uma estratégia de enfrentamento ao racismo ambiental que historicamente afeta nossa comunidade. Como mulheres pretas, guardiãs do território e da memória coletiva, entendemos que proteger nossa cultura, nossa paisagem e nossas formas de viver é também resistir aos processos de expulsão, apagamento e especulação imobiliária. O território não é mercadoria: ele é vida, memória e futuro.”

O uso das redes sociais foi determinante para ampliar a visibilidade da comunidade e do turismo. As atividades atraem principalmente estudantes das redes pública e privada, além de universidades e outros grupos de visitantes.

“O turismo de base comunitária é uma forma transformadora de conhecer novos lugares. Ele nos aproxima das pessoas que vivem no território, permitindo que cada experiência seja autêntica, humana e carregada de significado. Ao valorizar a cultura local, fortalecer a economia da comunidade e respeitar o meio ambiente, esse turismo cria conexões verdadeiras entre visitantes e moradores. Mais do que viajar, nos ensina a ver, ouvir e sentir o mundo com mais responsabilidade, sensibilidade e respeito”.

Vanesa Pereira Conceição

Hoje, a comunidade oferece trilhas, rodas de conversa, culinária ancestral, vivências culturais e uma pequena feira, onde são comercializados produtos agrícolas, beneficiados e artesanato, mostrando como o turismo permite diversificar e fortalecer as atividades econômicas. Tudo isso com a floresta de pé. A comunidade, que fica nas proximidades do Parque do Mico Leão Dourado, se orgulha de ter uma grande área de mata preservada.

“O turismo dentro da comunidade trouxe aprendizado, renda e, com isso, fez com que aumentamos a nossa produção agrícola. Cada dia que passa estou acreditando que possamos atrás do TBC cresce muito mas com agricultura”

Rosilene Rosa Severino

territórios do bem viver

O conceito de BemViver emerge como base ética e prática para as estratégias de justiça climática nas comunidades tradicionais: trata-se de um modo de vida coletivo, pautado no equilíbrio com a natureza, no uso sustentável dos territórios, no respeito aos saberes ancestrais e na valorização da diversidade cultural, social e ecológica.

Ao adotar a lógica do Bem Viver, as comunidades quilombolas e tradicionais reafirmam seu protagonismo na defesa da vida e da biodiversidade – demonstrando que as soluções para a crise climática não estão apenas nas tecnologias ou nas políticas convencionais, mas também na sabedoria ancestral e nas práticas comunitárias que já convivem com o território de forma respeitosa e sustentável.

O Bem Viver: saberes ancestrais que sustentam a vida

Rovane Rodrigues Dantas¹

É importante diferenciar o Bem Viver do chamado “viver bem”. Para o líder quilombola Nêgo Bispo (2018), o Bem Viver está ligado a um modo orgânico e integrado de existência, construído a partir da coletividade e da relação com a terra. Já o “viver bem”, dominante na sociedade capitalista, baseia-se na lógica do consumo, da acumulação e da separação entre seres humanos e natureza. Essa distinção também aparece no contraste entre dois tipos de conhecimento: o saber orgânico, que se desenvolve fortalecendo o Ser, e o saber sintético, que se desenvolve priorizando o Ter.

Nos territórios quilombolas, o Bem Viver se manifesta no cotidiano, especialmente por meio de saberes e práticas que formam associações, conexões e alianças híbridas que permite que as comunidades construam suas estratégias de defesa e formas próprias de habitar o mundo. No quilombo Jatimane, ele está presente na relação de cuidado com a terra, com as plantas medicinais e com os saberes herdados dos ancestrais.



¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, com pós-graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade IBRA. É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), e pesquisadora do ReExisTerra, grupo de pesquisa sobre Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas.

Mônica do Rosário compartilha que seu vínculo com as ervas nasceu dos ensinamentos de sua mãe e de sua avó, mulheres que sempre confiaram no poder das folhas medicinais:

“ Com a minha ancestralidade, eu descobri a força e o poder que essas ervas têm na nossa vida, tanto para um banho para nos sentirmos leves, quanto para tomar chás para qualquer coisa que sintamos.”

Esses saberes não são apenas práticas de cuidado individual, mas formas de manter viva a memória, a espiritualidade e o equilíbrio da comunidade.

O Bem Viver também se expressa no cuidado com o território. Morando próximo à trilha da Cachoeira do Sorrisal, Dona Dilma, também do quilombo Jatimane, destaca sua responsabilidade com o ambiente onde vive:

“ Eu não espero que as pessoas da limpeza passem para fazer. Eu saio catando saco, copo descartável. Se dependesse de mim, tudo estava um paraíso, porque muitas pessoas sonham em viver em uma comunidade como a que a gente vive.”

Apesar da importância dessas práticas e desses conhecimentos, a colonialidade do saber atua constantemente para deslegitimá-los. Como aponta a filósofa ecofeminista Vandana Shiva (1995), a concepção dominante considera que esses saberes não são científicos porque não surgem em laboratórios nem seguem métodos experimentais ocidentais. Nesse sentido, esses saberes são vistos como conhecimentos inferiores por fazerem parte da vida cotidiana de comunidades, e não de homens brancos dos grandes centros urbanos. No entanto, são esses saberes que criam mundos: mundos que sustentam, há gerações, uma rica diversidade biológica, cultivam relações de cuidado com a natureza e tornam possível o Bem Viver.

Referências:

- BISPO DOS SANTOS, A. Colonização, Quilombos: modos e significação. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI, 2015.
- SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo. Horas y horas, 1995.



quilombo ilha da marambaia, mangaratiba (rj)
crédito: acervo koinania

juventude quilombola

Nos territórios quilombolas, a juventude ocupa um lugar estratégico na construção de caminhos para a permanência na comunidade e a continuidade na luta por direitos, por meio de iniciativas de geração de trabalho e renda e do cuidado com a natureza.

Diante dos impactos das mudanças climáticas e da pressão sobre os bens comuns, a juventude quilombola tem mostrado que é possível fortalecer as economias locais sem abrir mão da preservação ambiental e dos modos de vida ancestrais.

Ao investir em atividades como a produção de alimentos saudáveis, o artesanato, o turismo comunitário e outras formas de economia solidária, a juventude quilombola contribui para manter as florestas em pé, proteger as águas e valorizar os saberes tradicionais. Essas experiências apontam para um modelo de desenvolvimento enraizado no território, que dialoga com a ideia de transição justa e de empregos verdes, ao gerar renda de forma digna e alinhada à ação climática.

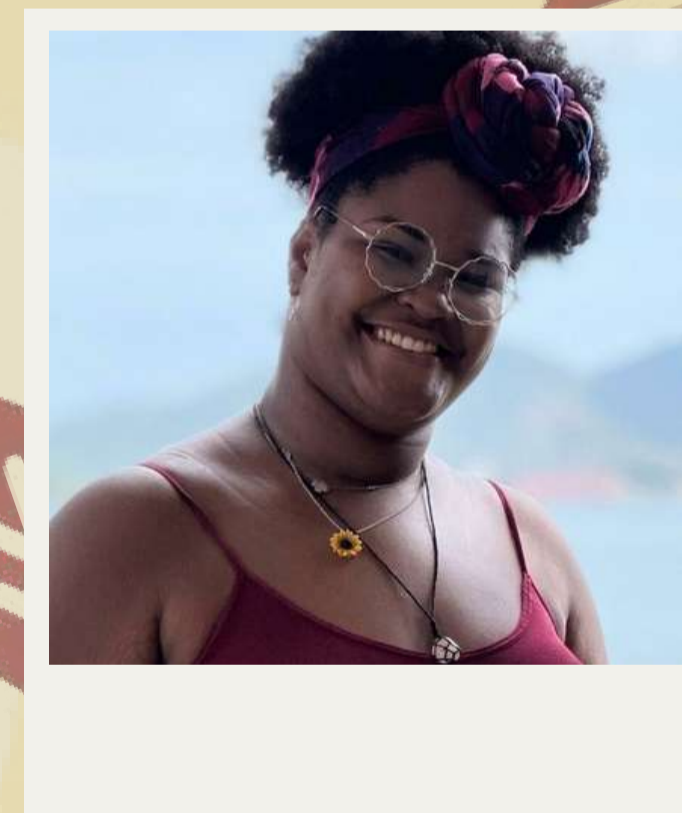
É nesse contexto que se insere o texto a seguir, escrito por uma das agentes do projeto, descrevendo como as juventudes vêm transformando os desafios em oportunidades para o bem viver e para a justiça climática sem deixar os territórios.

juventude quilombola: em busca de autonomia para garantir o futuro dos territórios

Valéria Cristina da Silva Leite, agente quilombola pelo clima da comunidade de Alto da Serra (RJ) e Diretora da Juventude da ACQUILERJ

A juventude quilombola tem construído caminhos importantes para a geração de renda dentro dos seus territórios, atuando de forma diversa na agricultura, no artesanato e em outras atividades produtivas. Essas iniciativas fortalecem a autonomia dos jovens e contribuem diretamente para que eles não precisem vivenciar o êxodo rural como única alternativa para garantir sustento e dignidade.

É claro que muitos jovens quilombolas também trabalham fora do território, e isso faz parte das múltiplas realidades da juventude. No entanto, a possibilidade de gerar renda dentro da própria comunidade se apresenta como uma alternativa fundamental, pois fortalece a economia local, mantém os vínculos familiares e comunitários e valoriza os saberes tradicionais em harmonia com a natureza.



Ao produzir e comercializar alimentos da agricultura familiar, produtos agroecológicos, artesanatos e outras produções locais, a juventude quilombola contribui para a renda da família e para o desenvolvimento econômico da comunidade como um todo. Essa renda que circula internamente gera impactos positivos, movimenta a economia local e promove melhorias na qualidade de vida coletiva.

É muito importante que a juventude esteja informada, organizada e tenha acesso a espaços de comercialização, feiras, redes solidárias e outras formas de escoamento da produção. Ter seus próprios produtos, conseguir vendê-los e reconhecer o valor do seu trabalho fortalece a autoestima, a identidade quilombola e a construção de projetos de vida dentro do território.

Além de ajudar financeiramente suas famílias, a juventude quilombola também constrói algo para si mesma: autonomia, independência e perspectivas de futuro. A comercialização dos produtos da agricultura e do artesanato se torna, assim, uma ferramenta de resistência, permanência no território e afirmação cultural.

Fortalecer essas iniciativas é essencial para que a economia cresça tanto dentro quanto fora da comunidade, garantindo visibilidade, reconhecimento e valorização dos produtos quilombolas. Investir na juventude é investir no presente e no futuro dos territórios, na preservação da cultura e do meio ambiente e na construção de uma economia mais justa, solidária e sustentável.

vozes das novas gerações do quilombo jatimane (ba)

A seguir, depoimentos de crianças e jovens coletados por Pedrina Belém do Rosário na comunidade de Jatimane abordando diferentes temas.

Racismo Ambiental

“Para mim, o racismo ambiental é uma maneira desigual de viver. Temos uma sociedade injusta, que prejudica minorias étnicas, como negros e indígenas, que se tornam populações mais vulneráveis, com dificuldades para ter recursos. Racismo é crime, mas ainda tem gente que aplaude. Para mudar isso, a população precisa se conscientizar de que, se nos esforçarmos, podemos sim fazer a diferença e mudar o pensamento da sociedade, mostrar o quanto o racismo é horrível e o tanto que prejudica a sociedade, não só brasileira, mas do mundo todo.”

Ruan Belém do Rosário, 13 anos

Sobre o lixão

“As pessoas deveriam fazer mutirões para catar o lixo e também reconhecerem o valor que a nossa comunidade tem. Como seria bom ver todo o lixo indo embora, mas sabemos muitas pessoas não se prontificam para ajudar. Para preservar o meio ambiente, é preciso ajudar nos serviços contra a poluição da nossa comunidade, manter o equilíbrio do lixo em nossas casas.

A Valentina Rosário Souza, 12 anos

“As pessoas precisam respeitar e jogar lixo no lixo, não jogar no rio da comunidade, deixar tudo limpo porque a nossa comunidade precisa de ter um território limpo e respeitado”

Eliza Rosário, 12 anos

“Como sabemos, metais pesados e produtos químicos que são considerados substâncias tóxicas podem se infiltrar no solo e atingir os lençóis freáticos, comprometendo a qualidade da água. Também tem a decomposição de matéria orgânica, que libera um gás tóxico que contribui para o aquecimento global. Sem falar que esse tipo de lixão acaba atraindo animais com alto índice de doenças, como ratos, insetos, mosquitos etc. E amanhã nós é que seremos contaminados por esses próprios animais. É uma forma de injustiça ambiental porque, além de nos prejudicar, a natureza é a principal afetada com essa imprudência. Esse tipo de poluição pode desequilibrar um ecossistema inteiro.”

Andressa Rosário, 23 anos

Sobre o Bem Viver

“Bem viver é a gente ter cuidado com nós mesmos, bem viver é ser livre, viver com cuidado na natureza”.

Maria Lara Santos de Jesus, 10 anos

“O significado de Bem Viver para a comunidade é estarmos todos em harmonia, e que o povo pare de jogar lixo na comunidade. É importante que a gente preserve a nossa comunidade para as pessoas possam viver bem.

Amanda Oliveira do Rosario, 13 anos

“O que falta é melhorar um pouco em tudo, pq os habitantes não estão colaborando (alguns) então temos que cuidar e zelar, para de jogar lixo no chão ou no rios, restos de comidas e etc. Então pra ter uma comunidade limpa e bonita precisamos ajudar uns aos outros!

Mayane Macedo do Rosário, 11 anos

relato pessoal da experiência no projeto

Fernanda Santos Mendonça, Agente Quilombola pelo Clima da comunidade de Jatimane (BA)

Participar do projeto Quilombolas: Agentes de Ação pelo Clima foi, para mim, um despertar. Ao longo dessa experiência, eu pude compreender o quanto a nossa presença, a nossa voz e o nosso conhecimento ancestral são fundamentais na defesa do território e na luta por justiça climática.

Nós, quilombolas, estamos na linha de frente dessa luta não por escolha, mas porque somos os mais afetados e, ao mesmo tempo, os que mais preservam. Cada encontro, cada aprendizado e cada troca ampliaram não só meu entendimento técnico sobre o clima, mas também a minha consciência sobre nossas práticas comunitárias e da força que existe nos saberes transmitidos pelos mais velhos. É entender que as transformações climáticas não são apenas dados ou teorias, mas algo que atravessa o cotidiano do nosso território, afeta nossas roças, nossas tradições, nossa saúde e a forma como vivemos.

Entendi que ser agente de ação é assumir responsabilidade, é se comprometer. Não basta aprender, é preciso agir, é preciso fazer diferente e ser a diferença todos os dias, no cuidado da terra, das águas, dos rios e das pessoas. Me deu uma nova forma de ver o mundo e também de me ver dentro dele como alguém que pode transformar, que pode inspirar, que pode ser semente de esperança e resistência.

Me sinto mais preparada, mais consciente e mais fortalecida para atuar no meu quilombo com compromisso e amor. E o meu desejo é que todo esse conhecimento que aprendi ecoe por Jatimane, por outros territórios quilombolas, por outras comunidades tradicionais e por toda parte onde a luta pelo clima e pela vida precisar de voz. Porque ser agente quilombola de ação pelo clima é isso! É cuidar do agora, honrar o passado e transformar o futuro. É ser parte de uma mudança que começa no território, mas que pode alcançar o mundo inteiro.





propostas de atividades

racismo ambiental

Metodologia 1 – Cine-Debate: “Nosso Território, Nosso Direito”

Objetivo: despertar reflexão crítica sobre desigualdades ambientais vividas por territórios quilombolas.

Passos:

1. Exibir um documentário curto (ex: vídeos do MapBiomias, reportagem sobre lixões, água, saneamento).
2. Dividir participantes em pequenos grupos para responder: O que isso tem a ver com nossa comunidade?
3. Relacionar os casos do filme aos exemplos locais. Ex: lixões de Jatimane (BA) e Bongaba (RJ).
4. Sistematizar propostas de ação: mutirões, abaixo-assinado, incidência.

5. Metodologia 2 – “Mapa das Injustiças Ambientais”

Objetivo: identificar e visualizar problemas ambientais no território.

atividades:

- Oficina com cartolina ou mapa impresso da comunidade.
- Moradores marcam pontos críticos: lixo, falta de água, erosão, queimadas, esgoto, lagoas contaminadas.
- Criar legenda e fotografar os pontos.
- Finalizar com um plano inicial comunitário para reivindicação junto ao poder público.
- Metodologia 3 – Roda de Leitura: “Quem cuida de nós?”
- Objetivo: introduzir conceitos de racismo ambiental de forma leve para jovens e escolas.
- Materiais: textos curtos (Geovane Santos, Sueli Carneiro, Atlas de Conflitos Socioambientais, MapBiomias).
- Passos:
- Leitura dividida em duplas.
- Compartilhamento de sentimentos e reflexões.
- Produção de frases e pequenos cartazes para exposição na escola ou associação.



propostas de atividades

diplomacia quilombola

Metodologia 1 – “Cartas Diplomáticas do Quilombo”

Objetivo: exercitar a diplomacia escrita como ferramenta política e pedagógica.

atividades:

- Jovens e adultos escrevem cartas destinadas a órgãos públicos, universidades, movimentos sociais ou parceiros.
- Temas sugeridos: direitos territoriais, conservação, educação quilombola, demandas de infraestrutura.
- Leitura pública das cartas e construção de um dossiê comunitário.

Metodologia 2 – Memorial Oral das Lideranças

Objetivo: reconhecer e valorizar lideranças históricas e atuais como diplomatas do território.

atividades:

- Roda de memória com mais velhos(as).
- Jovens entrevistam e registram em vídeo ou áudio.
- Produção de murais ou vídeos curtos para redes sociais da associação.
- Conectar essas histórias ao conceito de diplomacia quilombola.



propostas de atividades

justiça climática

Metodologia 1 – Oficina “Clima e Cotidiano”

Objetivo: compreender como a crise climática afeta diretamente o território.

Atividades:

- Linha do tempo com mudanças percebidas: chuva, seca, pesca, agricultura, doenças.
- Identificar impactos atuais e riscos futuros.
- Construir o “Mapa das Soluções Comunitárias”: reflorestamento, limpeza de nascentes, plantio agroflorestal.

Metodologia 2 – Simulação “Conferência Climática Quilombola”

Objetivo: formar jovens como agentes climáticos comunitários.

Passos:

- 1.Dividir participantes em grupos (agricultores, associação, mulheres, juventude, poder público).
- 2.Cada grupo apresenta problemas e soluções.
- 3.Votação das prioridades.
- 4.Construção de um mini-plano de adaptação climática.

Metodologia 3 – Oficina de Arte “O Futuro que Queremos”

Objetivo: usar a expressão artística para debater clima com crianças e jovens.

Atividades:

- Pinturas, colagens, desenhos e poemas sobre a comunidade no futuro.
- Exposição na praça ou escola.
- Conversa final sobre responsabilidade compartilhada e preservação.



propostas de atividades

economia criativa e sustentável quilombola

Metodologia 1 – Caminhada Interpretativa

Objetivo: fortalecer o pertencimento e a formação de jovens como guias comunitários.

Passos:

- Caminhada por trilhas, casas de farinha, rios, roças, espaços sagrados.
- Cada ponto tem alguém da comunidade como “contador(a) de histórias”.
- Finalizar com roda para refletir sobre o que faz o turismo ser comunitário e sustentável.

Metodologia 2 – Oficina “Meu Território, Nosso Roteiro”

Objetivo: construir coletivamente roteiros culturais e ambientais.

atividades:

1. Mapa gigante para marcar atrativos: histórias, culinárias, saberes, festas.

2. Criar pequenos roteiros temáticos:

- a. Rota das Ervas
- b. Rota da Memória
- c. Rota da Produção da Mandioca
- d. Rota das Águas

3. Criar perfis de visitantes e planos de acolhida.

Metodologia 3 – Feira Criativa Quilombola

Objetivo: promover a economia local e fortalecer a autoestima comunitária.

atividades:

- Exposição de artesanato, plantas medicinais, comidas, fotografias, sementes crioulas.
- Pequenas apresentações culturais.
- Espaço de formação sobre economia solidária, preço justo, identidade cultural e sustentabilidade.



referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, quilombos: modos e significação. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Mata Atlântica: patrimônio nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, s.d.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Site institucional. Disponível em: <https://conaq.org.br>. Acesso em: 12 de dez. 2025.

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço. Observatório Quilombola. Disponível em: <https://koinonia.org.br/observatorio-quilombola/sobre-o-oq/>. Acesso em: 12 de dez. 2025.

MAPBIOMAS. Territórios quilombolas e preservação ambiental. Coleção de dados e relatórios. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 5 de dez. 2025.

PACHECO, Tânia; HERCULANO, Selene (org.). Racismo ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo. Horas y horas, 1995.

SOS MATA ATLÂNTICA. Relatórios e balanços institucionais. Disponível em: <https://www.sosma.org.br>. Acesso em: 15 de dez. 2025.



quilombolas: agentes de ação pelo clima

do racismo ambiental ao bem viver.

Realização



Apoio

